

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**GRUPO 3 – TURMA 2**

**CONHECIMENTO DE LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Identificação do Fluxo Informacional e Impacto das Leis em TI

Minas Gerais  
2024

# 1 EQUIPE DE TRABALHO

---

- Alex Chang – 856950
- Ana Clara Flaustino Ribeiro – 875365
- Emmanuel Teixeira Peixoto – 875955
- Jorbralyson Freire – 1566042
- Mariza Santos da Silva – 874807
- Pedro Henrique de Freitas Santos – 877752

## 2 COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO

---

A empresa Contabilis foi fundada em 2023, na cidade de Cabo Frio, Rio de Janeiro, com a missão de fornecer serviços de Contabilidade Consultiva de alta qualidade para empresas das mais diversas áreas, incluindo outras empresas contábeis. Com uma abordagem centrada na consultoria contábil personalizada, alinhada à operação específica de cada cliente, a Contabilis rapidamente conquistou seu espaço no mercado. Desde então, a empresa tem expandido sua atuação, atendendo clientes em diversas cidades e consolidando sua presença no mercado contábil nacional.

### 2.1 O NEGÓCIO

- **Soluções Completas de BPO Financeiro:** A Contabilis oferece uma gama completa de serviços de Business Process Outsourcing (BPO) Financeiro, cuidando de processos financeiros essenciais para que seus clientes possam se concentrar em suas atividades principais.
- **Planejamento Tributário Personalizado:** A Contabilis desenvolve estratégias tributárias sob medida, focadas em identificar e aproveitar oportunidades de economia fiscal, garantindo que estejam alinhadas às operações e metas específicas de cada cliente.
- **Serviços Especializados para Empreiteiras:** A Contabilis oferece assessoria completa para empreiteiras, incluindo regularização de documentos, intermediação com órgãos públicos, análise técnica e consultoria em normas e regulamentações. Também proporciona serviços de atualização e regularização de obras em andamento, assegurando a conformidade e a eficiência dos projetos. Os principais processos de negócios

### 3 OS PRINCIPAIS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

---

Esta seção apresenta os principais processos de negócio que são utilizados pela organização Contabilis para entregar seus produtos e serviços.

- **Gestão Contábil**
  - **Escrituração Contábil:** Registro de todas as transações financeiras da empresa, garantindo conformidade com as normas contábeis.
  - **Fechamento Contábil:** Realização do fechamento mensal, trimestral e anual, incluindo balanços patrimoniais e demonstrações de resultados.
  - **Reconciliação Bancária:** Comparação das transações registradas com os extratos bancários para garantir precisão nos registros.
- **Gestão de Contas a Pagar e Receber**
  - **Contas a Pagar:** Gerenciamento de todas as obrigações financeiras, como pagamentos a fornecedores, despesas operacionais, e cumprimento de prazos.
  - **Contas a Receber:** Administração das receitas da empresa, incluindo a emissão de faturas, monitoramento de recebíveis e cobrança de inadimplentes.
  - **Conciliação de Pagamentos:** Verificação dos pagamentos efetuados e recebidos para garantir que os registros contábeis estejam corretos.
- **Gestão de Folha de Pagamento**
  - **Processamento da Folha de Pagamento:** Cálculo de salários, benefícios, encargos trabalhistas, e impostos devidos.
  - **Gestão de Benefícios:** Administração de benefícios como vale-transporte, alimentação, assistência médica, e outros.
  - **Cumprimento de Obrigações Trabalhistas:** Garantia de conformidade com a legislação trabalhista, incluindo FGTS, INSS, e entrega de declarações como CAGED e RAIS.
- **Atendimento ao Cliente e Suporte**
  - **Serviço de Atendimento ao Cliente:** Provisão de suporte contínuo aos clientes, solucionando dúvidas e oferecendo assistência em tempo hábil.
  - **Treinamento e Capacitação:** Oferecimento de treinamentos para que os clientes possam melhor entender e utilizar os serviços prestados.

## 4 LEIS RELACIONADAS A TI QUE IMPACTAM O NEGÓCIO

---

### 4.1 LISTA DE LEIS QUE IMPACTAM O NEGÓCIO DA ORGANIZAÇÃO ESTUDO DE CASO

Abaixo estão detalhadas as legislações pertinentes à Tecnologia da Informação que exercem impacto significativo sobre as operações da empresa Contabilis. Essas leis foram identificadas e selecionadas com base no conhecimento aprofundado obtido durante o curso de Microfundamento de Legislação em Tecnologia da Informação, refletindo a importância de alinhar nossas práticas empresariais com as normas e regulamentos vigentes para garantir conformidade e segurança jurídica.

Lei	Impacto na organização
<b>Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD</b> (BRASIL, 2018)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Disponibilizar aos titulares de dados um contrato que solicite o consentimento explícito para a coleta, uso e tratamento de seus dados pessoais e sensíveis;</li><li>- Implementar mecanismos que assegurem aos titulares o direito de acessar seus dados, solicitar a exclusão, correção de dados incompletos, desatualizados ou incorretos, realizar alterações e garantir a portabilidade dos dados;</li><li>- Oferecer aos titulares dos dados a possibilidade de revogar o consentimento a qualquer momento, além de solicitar a exclusão dos dados pessoais quando estes não forem mais necessários para os fins para os quais foram coletados;</li><li>- Disponibilizar mecanismos que garantam ao controlador a gestão dos dados sobre sua responsabilidade, disponibilizando quais medidas para proteção, ciclo de vida e riscos dos dados.</li></ul>
<b>Marco Civil da Internet – MCI</b> (BRASIL, 2014)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar a implementação de mecanismos eficazes para proteger dados pessoais que transitam através da internet;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar medidas técnicas como criptografia e controle de acesso para proteger a integridade dos dados pessoais e prevenir acessos não autorizados.</li> </ul>
<b>Lei de Crimes Cibernéticos - LCC</b> (BRASIL, 2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Garantir mecanismos de segurança robustas para proteção dos dados e monitorar continuamente os sistemas para detectar atividades suspeitas;</li> <li>– Garantir que os dados sejam armazenados e transmitidos de forma segura, seguindo as melhores práticas e padrões da indústria;</li> <li>– Treinar a equipe sobre práticas seguras e como identificar e evitar ataques cibernéticos;</li> <li>– Desenvolver e manter um plano de resposta a incidentes que permita lidar rapidamente com violações de segurança, assegurando a comunicação adequada às partes afetadas e às autoridades competentes, conforme exigido pela legislação.</li> </ul>

#### 4.2 MATRIZ DE RELACIONAMENTO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E LEIS.

Abaixo, apresentamos uma análise detalhada das leis mencionadas na tabela anterior, relacionando-as diretamente com os processos da empresa Contabilis. Este texto explora como as exigências legais impactam cada um desses processos, proporcionando uma compreensão aprofundada das implicações legais e regulatórias para o nosso negócio.

Processo	Leis que impactam no processo
<b>Escrituração Contábil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir segurança dos dados pessoais dos clientes de acessos não autorizados; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Aplicar medidas de segurança em relação à perda, alteração, comunicação ou difusão de informação sensível referente à escrituração contábil; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar aos clientes o direito de não fornecimento de seus dados pessoais a terceiros; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir informações para os clientes de forma clara e completa; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Oferecer tratamento e proteção de dados quanto ao uso, a coleta, e ao armazenamento; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Penalizar aqueles que tentarem invadir dispositivo informático alheio por violação indevida com o fim de obter adulterar ou destruir dados sem autorização expressa do titular; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Aplicar pena também a quem produzir, oferecer, distribuir ou vender dados de dispositivo a fim de obter vantagem ilícita. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Fechamento Contábil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir aos titulares a qualidade de dados, observando a exatidão, clareza, relevância e atualização de acordo com a necessidade e com cumprimento da finalidade de seu tratamento relacionado aos balanços patrimoniais, Demonstração de Resultado do Exercício; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Estabelecer medidas de segurança em relação à proteção de dados pessoais de acesso não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Assegurar aos clientes o direito de expressar o seu consentimento sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir aos clientes a publicidade e clareza de eventuais políticas de uso dos provedores de acesso à internet e aplicações; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Aplicar pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer</li> </ul>

	título, dos dados ou informações obtidas. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)
<b>Reconciliação Bancária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar a responsabilização e prestação de contas com medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Dispor que a autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir a segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir a inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, ressalvadas aquelas por ordem judicial, na forma da lei; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Penalizar a violação indevida a dispositivos com a finalidade de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Penalizar aqueles que utilizam de vulnerabilidades para obter vantagem ilícita, sendo que a pena será aumentada de um sexto a um terço se da invasão decorrer em prejuízo econômico. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Contas a Pagar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir que os dados pessoais e bancários dos fornecedores estejam seguros e não sejam acessados por pessoas não autorizadas; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Informar os fornecedores sobre como seus dados serão usados, coletados e armazenados, e obter o consentimento necessário; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Ter procedimentos para a notificação de violações de dados pessoais relacionados às contas a pagar; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Manter confidenciais as informações de pagamento dos fornecedores e assegurar que não sejam divulgadas sem autorização; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Fornecer informações claras e completas aos fornecedores sobre como seus dados de pagamento são coletados, usados e armazenados; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Proteger os sistemas de contas a pagar contra tentativas de invasão e manipulação de dados de fornecedores; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Garantir que qualquer tentativa de adulteração ou destruição não autorizada de dados de pagamento seja identificada e tratada conforme a legislação. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Contas a Receber</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar que as informações pessoais dos clientes, como dados bancários e históricos de pagamento sejam protegidas contra acesso não autorizado e contra vazamentos; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Informar os clientes sobre a coleta e o uso de seus dados pessoais relacionados a transações financeiras e obter o consentimento necessário para seu tratamento; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Implementar medidas de segurança para proteger dados pessoais armazenados em sistemas de contas a receber, incluindo criptografia e controle de acesso; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir que as informações de pagamento e transações realizadas online sejam tratadas respeitando a</li> </ul>



	<p>privacidade e estejam conforme as diretrizes da lei; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar que as informações de contas a receber não sejam compartilhadas indevidamente com terceiros e que os dados sejam protegidos contra uso não autorizado e indevido; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Implementar medidas para prevenir tentativas de invasão dos sistemas de contas a receber que possam resultar em alteração ou destruição de dados financeiros sem autorização; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Assegurar que dados de clientes relacionados a pagamentos sejam protegidos contra acessos e manipulações não autorizadas. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Conciliação de Pagamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir que todas as informações pessoais envolvidas na conciliação de pagamentos, como os dados bancários dos clientes e fornecedores, sejam protegidas contra acesso não autorizado e vazamentos; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Implementar medidas rigorosas de segurança para o armazenamento e o processamento de dados pessoais envolvidos nas transações financeiras e conciliações, incluindo criptografia e controle de acesso; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Informar os clientes e fornecedores sobre como seus dados pessoais são utilizados no processo de conciliação e obter o consentimento adequado para seu uso tratamento; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Assegurar que as informações usadas na conciliação de pagamentos sejam tratadas com a devida privacidade e proteção, de acordo com os princípios do Marco Civil da Internet; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir que a coleta, o armazenamento e o uso de dados relacionados às transações financeiras sejam realizados</li> </ul>

	<p>de acordo com as regras de proteção e responsabilidade estabelecidas pela lei; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Oferecer informações claras sobre como os dados utilizados na conciliação de pagamentos são protegidos e como os sistemas são mantidos seguros; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Implementar medidas para proteger os sistemas de conciliação de pagamentos contra tentativas de acesso não autorizado, assim como a alteração ou destruição de dados financeiros; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Garantir que os dados envolvidos na conciliação de pagamentos não sejam manipulados ou destruídos sem a autorização apropriada e que qualquer tentativa de invasão seja detectada e tratada conforme a legislação; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Assegurar que qualquer violação ou tentativa de violação relacionada à conciliação de pagamentos seja tratada de acordo com as disposições legais da LCC. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Processamento da Folha de Pagamento.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir aos titulares o direito de acessar, excluir, alterar, corrigir e portabilidade de dados pessoais tratados na folha de pagamento; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir a existência de um contrato com o titular ou controlador dos dados, com consentimento explícito para o tratamento dos dados pessoais processados na folha de pagamento; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Assegurar que o controlador dos dados relacionados à folha de pagamento, sejam eles físicos ou digitais, tenha plena gestão e controle sobre o ciclo de vida dessas informações, além de conhecimento detalhado dos riscos envolvidos em seu tratamento; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Adotar mecanismos para proteger dados pessoais no processamento da folha de pagamento transmitidos pela internet; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Adotar criptografia e controle de acesso para proteger a integridade dos dados pessoais sob custódia do setor de processamento da folha de pagamento; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir segurança robusta e monitoramento contínuo dos sistemas de folha de pagamento para proteger dados pessoais e detectar atividades suspeitas.; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Garantir que os dados pessoais, físicos ou digitais, tratados durante o processamento da folha de pagamento, sejam armazenados e transmitidos de forma segura, seguindo as melhores práticas e padrões da indústria; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Adotar um plano de resposta a incidentes para lidar com violações de segurança dos dados da folha de pagamento e comunicar adequadamente as partes afetadas e autoridades competentes. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Gestão de Benefícios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir que haja um contrato com consentimento explícito para o tratamento de dados pessoais enviados a empresas parceiras; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir tratamento de dados por empresas parceiras deve seguir a lei, garantindo que o controlador tenha gestão, controle do ciclo de vida e conhecimento dos riscos associados; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Adotar mecanismos para proteger dados pessoais enviados a empresas parceiras e transmitidos pela internet; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Garantir que empresas parceiras estejam em conformidade com a lei, utilizando segurança como criptografia e controle de acesso para proteger dados</li> </ul>

	<p>             pessoais compartilhados contra acessos não autorizados; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)           </p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir que empresas parceiras tenham um plano de resposta a incidentes para violações de segurança dos dados compartilhados e comunicar as partes afetadas e autoridades competentes. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<p><b>Cumprimento de Obrigações Trabalhistas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir o acesso, exclusão, alteração, correção e portabilidade dos dados pessoais e sensíveis relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas aos titulares, conforme regulamentado pela lei; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Estabelecer um contrato com consentimento explícito para o tratamento de dados pessoais e sensíveis no cumprimento das obrigações trabalhistas; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir que o controlador dos dados pessoais e sensíveis tratados durante as obrigações trabalhistas faça a gestão, controle do ciclo de vida e conheça os riscos do tratamento dessas informações; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Proteger adequadamente os dados pessoais e sensíveis transmitidos pela internet no cumprimento de obrigações trabalhistas, conforme exigido pela lei; <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Implementar mecanismos de segurança, como criptografia e controle de acesso, para proteger a integridade e privacidade dos dados pessoais e sensíveis, físicos ou digitais, no cumprimento de obrigações trabalhistas, conforme exigido pela lei. <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> <li>○ Exigir mecanismos de segurança robustos e monitoramento contínuo dos sistemas de processamento para detectar atividades suspeitas e proteger dados</li> </ul>

	<p>pessoais e sensíveis no cumprimento das obrigações trabalhistas; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Regularizar que dados pessoais e sensíveis tratados durante obrigações trabalhistas sejam armazenados e transmitidos de forma segura, conforme melhores práticas e padrões da indústria; <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> <li>○ Estabelecer um plano de resposta a incidentes para violações de segurança de dados pessoais e sensíveis em obrigações trabalhistas, com comunicação às partes afetadas e autoridades competentes. <b>LCC</b> (BRASIL, 2012)</li> </ul>
<b>Serviço de Atendimento ao Cliente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Usar a LGPD para manipular os dados sensíveis dos clientes; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir que os titulares tenham acesso livre e fácil a consulta de seus dados, além da possibilidade da atualização aos dados; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Assegurar que clientes tenham ciência da finalidade de uso dos seus dados que estão sendo requeridos; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Garantir aos clientes o mais alto padrão de proteção com os dados que foram requeridos. <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> </ul>
<b>Treinamento e Capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir treinamento de pessoal sobre conhecimentos de segurança da informação, focado na LGPD, visando a redução e minimização de incidentes para com os dados pessoais; <b>LGPD</b> (BRASIL, 2018)</li> <li>○ Estabelecer a proteção dos dados pessoais dos usuários, garantindo que os provedores de conexão e aplicações só possam coletar, armazenar e tratar os dados pessoais com consentimento explícito. <b>MCI</b> (BRASIL, 2014)</li> </ul>

## 5 REFERÊNCIAS

---

1. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
2. BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.
3. BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.